

## LÍNGUA PORTUGUESA

As duas primeiras questões referem-se ao texto abaixo. Leia-o atentamente, em seguida assinale a única alternativa correta presente em cada uma das questões.

"Detenho-me diante de uma lareira e olho o fogo. É gordo e vermelho, como nas pinturas antigas; remexo as brasas com o ferro, baixo um pouco a tampa de metal e então ele chia com mais força, estala, raiveja, grunhe. Abro: mais intensos clarões vermelhos lambem o grande quarto e a grande cômoda velha parece regozijar-se ao receber a luz desse honesto fogo. Há chamas douradas, pinceladas azuis, brasas rubras e outras cor-de-rosa, numa delicadeza de guache. Lá no alto, todas as minhas chaminés devem estar fumegando com seus penachos brancos na noite escura; não é a lenha do fogo, é toda a minha fragata velha que estala de popa a proa, e vai partir no mar de chuva. Dentro, leva cálidos corações".

(Rubem Braga)

### 1. Pode-se afirmar que há uma gradação crescente no seguinte trecho:

- " Lá no alto, todas as minhas chaminés devem estar fumegando com seus penachos brancos na noite escura..."
- "...é toda a minha fragata velha que estala de popa a proa, e vai partir no mar de chuva".
- "...e então ele chia com mais força, estala, raiveja, grunhe".
- "Há chamas douradas, pinceladas azuis, brasas rubras e outras cor-de-rosa, numa delicadeza de guache".

### 2. No texto em destaque, o autor propõe um percurso metafórico que vai do aquecimento da casa à imagem da partida de um barco. O trecho em que essa passagem do literal ao metafórico se reforça e se explicita é:

- "...não é a lenha do fogo, é toda a minha fragata velha que estala de popa a proa..."
- "Dentro, leva cálidos corações".
- "...e vai partir no mar de chuva".
- "...todas as minhas chaminés devem estar fumegando com seus penachos brancos na noite escura..."

Leia o seguinte excerto retirado da obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, a seguir assinale a única alternativa correta em cada uma das próximas duas questões.

" O senão do livro.

Começo a arrepender-me deste livro. Não que ele me canse; eu não tenho que fazer; e, realmente, expedir alguns magros capítulos para esse mundo sempre é tarefa que distrai um pouco da eternidade. Mas o livro é enfadonho, cheira a sepulcro, traz certa contração cadavérica; vício grave, e aliás ínfimo, porque o maior defeito deste livro és tu, leitor. Tu tens pressa de envelhecer, e o livro anda devagar; tu amas a narração direita e nutrida, o estilo regular e fluente, e este livro e o meu estilo são como os ébrios, guinam à direita e à esquerda, andam e param, resmungam, urram, gargalham, ameaçam o céu, escorregam e caem..."

### 3. É correto afirmar que o emprego dos pronomes este e esse, no início do texto:

- constitui um indiferente gramatical, uma vez que tais pronomes não têm qualquer valor distintivo, podendo ser empregados conforme a conveniência do autor.
- faz uma distinção decorrente da diferença entre a posição do narrador e a do leitor.
- decorre da oposição entre passado (livro) e presente (mundo).
- visa a distinguir o que já foi mencionado (mundo) e o que vai se mencionar (livro).

### 4. Assinale a alternativa em que a palavra senão possui o mesmo valor gramatical expresso em "O senão do livro", título do capítulo ao qual o excerto destacado pertence:

- ninguém senão os loucos e os desvalidos o faziam sentir-se entre os seus.
- Era a própria rainha do mar. Seu rosto, seu corpo, seus cabelos e olhos negros como a noite sem lua o faziam cativo daquela criatura, impelindo-o a uma dedicação de devoto. Bruna lhe era a perfeição, sem senão ou concessões de quaisquer espécies.
- não o apanhara senão para ter uma parte na glória e no serviço.
- falara como pai, senão como juiz.

### 5. Observe as frases destacadas abaixo:

- frase 1: "Olhar é, ao mesmo tempo, sair de si e trazer o mundo para dentro de si". (Marilena Chauí)
- frase 2: "Criança, não verás país nenhum como este". (Olavo Bilac)
- frase 3: "Antes de os relógios existirem, todos tinham tempo. Hoje, todos têm relógios". (Eno T. Wanke)

É correto afirmar:

- a) todas as três frases possuem erros de pontuação.
- b) para que a frase de nº. 3 obedeça às regras de concordância do padrão culto da língua, deverá apresentar a seguinte redação: "Antes de os relógios existir, todos tinham tempo".
- c) a frase de nº. 2 não apresenta erro de concordância verbal.
- d) para que a frase de nº. 2 fique corretamente pontuada, deverá ser assim reescrita: "Criança, não verás, país nenhum como este".

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

### **6. Acerca da competência dos Tribunais Regionais Federais e dos juízes federais, assinale a opção INCORRETA:**

- a) Compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente, os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.
- b) Compete à Justiça Estadual, em ambas as instâncias, processar e julgar as causas em que for parte o Banco do Brasil S.A.
- c) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- d) Os Tribunais Regionais Federais instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

### **7. Em relação ao controle de constitucionalidade, é INCORRETO afirmar:**

- a) A legitimidade ativa do partido político deve ser aferida no momento da propositura da ação direta de inconstitucionalidade. A perda superveniente da representação parlamentar não o desqualifica para permanecer no polo ativo da relação processual.
- b) O Defensor Público-Geral Federal pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade.
- c) A decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta ou em ação declaratória é irrecorrível, ressalvada a interposição de embargos declaratórios, não podendo, igualmente, ser objeto de ação rescisória.
- d) No processo objetivo do controle concentrado de constitucionalidade é cabível a intervenção da figura do *amicus curiae*.

### **8. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e as normas constitucionais acerca dos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar:**

- a) Ao dispor que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito", a Constituição Federal consagra o princípio da isonomia.
- b) Constitui direito dos trabalhadores urbanos e rurais, de forma absoluta, a irredutibilidade do salário.
- c) O cargo de Ministro da Fazenda é privativo de brasileiro nato.
- d) Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

### **9. De acordo com o texto constitucional, constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, EXCETO:**

- a) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- b) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- c) A defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos.
- d) Garantir o desenvolvimento nacional.

### **10. Para sanar a ausência de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania é cabível o seguinte remédio constitucional:**

- a) Direito de Petição.
- b) Mandado de Segurança.
- c) Mandado de Injunção.
- d) *Habeas Data*.

## **DIREITO CIVIL**

### **11. O prédio em que instalada a sede da Seção Judiciária do Estado do Pará, de propriedade da União, é:**

- a) Bem imóvel, de natureza imaterial.

- b) Bem de uso especial, sendo vedada a sua alienação enquanto estiver afetado.
- c) Bem de uso comum do povo, vez que é permitido o acesso de todos os brasileiros e estrangeiros que necessitem de prestação jurisdicional.
- d) Bem dominical, constituindo o patrimônio disponível e alienável da pessoa jurídica de Direito Público, a União.

**12. Acerca da disciplina da responsabilidade civil, considerando a disciplina do Código Civil e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A pessoa jurídica pode sofrer dano moral.
- b) Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- c) É lícita a cumulação das indenizações de dano moral e material, sendo vedado, entretanto, que também haja indenização por dano estético, se todos são decorrentes do mesmo fato.
- d) A responsabilidade civil não depende de apuração na esfera criminal.

**13. Em relação aos institutos da decadência e da prescrição, está INCORRETA a afirmação:**

- a) É vedado ao juiz conhecer, de ofício, da decadência, quando estabelecida por lei.
- b) Ocorre a interrupção da prescrição por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- c) É imprescritível a ação de investigação de paternidade.
- d) Os direitos da personalidade são imprescritíveis.

**14. Considerando os preceitos do Código Civil que tratam da pessoa natural, da pessoa jurídica e do domicílio, marque a alternativa correta:**

- a) Têm domicílio necessário somente o preso, o marítimo, o servidor público e o militar.
- b) Os pródigos são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, devendo, dessa forma, serem representados.
- c) A tutela judicial dos direitos da personalidade cessa com a morte do titular.
- d) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.

**15. Sobre a disciplina das provas, é correto afirmar:**

- a) A escritura pública pode ser redigida em língua estrangeira.
- b) A confissão é eficaz quando proveniente daquele que não pode dispor do direito a que se referem os fatos confessados.
- c) Não podem ser admitidos como testemunha os menores de 18 (dezoito) anos.
- d) Aquele que se nega a submeter-se a exame médico necessário não poderá aproveitar-se de sua recusa.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**16. A respeito das partes e procuradores, é correto afirmar que o juiz dará curador especial:**

- a) Ao espólio.
- b) À massa falida.
- c) Ao réu preso.
- d) À pessoa jurídica estrangeira.

**17. Com relação à representação processual, assinale a opção correta:**

- a) O menor de dezesseis anos de idade órfão de pai e mãe deve ser representado em juízo por seu curador.
- b) Em juízo, o condomínio é representado pelo síndico ou pelo administrador.
- c) Os estados e os municípios são representados em juízo pelos respectivos chefes do Poder Executivo.
- d) O espólio de pessoa casada será representado em juízo pelo cônjuge supérstite e o de pessoa solteira ou viúva, por qualquer dos herdeiros legítimos, observada a ordem de vocação hereditária.

**18. Publicada a sentença, o juiz poderá alterá-la de ofício:**

- a) Para retificar erros de cálculo.
- b) Quando houver obscuridade.
- c) Quando houver contradição.
- d) Quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se.

**19. Compete ao Juizado Especial Federal processar e julgar causas de competência da Justiça Federal, respeitadas as exceções previstas em lei, até o valor de:**

- a) 40 salários mínimos.
- b) 50 salários mínimos.
- c) 60 salários mínimos.
- d) 30 salários mínimos.

**20. Acerca da Lei dos Juizados Especiais Cíveis (JEC), Lei n.º 9.099/1995, assinale a opção correta?**

- a) Segundo os princípios da simplicidade e da informalidade que regem o julgamento nos juizados especiais, qualquer que seja o valor da causa, a parte vencida, ainda que não possua capacidade postulatória, pode recorrer da decisão monocrática e requerer a sua revisão pela turma recursal.
- b) O pedido do autor e a resposta do réu podem ser feitos por escrito ou oralmente; as provas orais produzidas em audiência, entretanto, devem ser necessariamente reduzidas a termo escrito, pois nessas demandas não se exige a obediência ao princípio da identidade física do juiz.
- c) Como regra, deve ser decretada a revelia do réu que não compareça à audiência de instrução e julgamento, ainda que compareça o seu advogado ou que seja apresentada defesa escrita, pois a presunção de veracidade dos fatos alegados no pedido inicial decorre da ausência do demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução.
- d) No sistema recursal dos juizados especiais, contra as decisões interlocutórias é cabível o agravo na forma retida, que impede a interrupção da marcha do processo, atendendo aos princípios da celeridade e concentração dos atos processuais, com a finalidade de assegurar a rápida solução do litígio.

**DIREITO PENAL**

**21. No que tange à extra-atividade da lei penal (possível capacidade da lei penal de se movimentar no tempo, regulando fatos pretéritos ou futuros à sua vigência), assinale a única alternativa correta:**

- a) em razão da aplicação do princípio da irretroatividade da lei penal, com previsão na própria Constituição Federal (art. 5º, XL) e com ocorrência infraconstitucional no art. 2º, do Código Penal, a lei penal em nenhuma hipótese poderá ser aplicada a fatos anteriores à sua vigência.
- b) poderá a lei penal assumir caráter extra-ativo (para o futuro ou para o passado); no entanto, só poderá alcançar fatos antes não criminalizados, tornando-os crimes, se aprovada sob rito mais rigoroso, próprio das leis complementares; trata-se de, em última análise, de evidente aplicação do princípio da separação dos poderes da República, uma vez que denota a independência do Poder Legislativo na determinação dos comportamentos passíveis de reprimenda de maior envergadura.
- c) a lei penal poderá retroagir, desde que para beneficiar o agente e a sentença condenatória ainda não tenha sido alcançada pela imutabilidade conferida pelo trânsito em julgado.
- d) lei penal posterior ao cometimento do fato terá efeitos retroativos, desde que suas disposições sejam favoráveis ao agente e ainda que transitada em julgado a sentença condenatória.

**22. Em relação ao tema da aplicação da lei penal no espaço, pode-se afirmar (assinalar a única assertiva correta):**

- a) não se sujeita à lei penal brasileira o crime praticado contra o patrimônio da União, quando a conduta for cometida no estrangeiro, haja vista que neste caso a reprimenda a ser aplicada será aquela prevista na legislação do país em que cometido o crime, em respeito à soberania dos estados.
- b) a aplicação da lei penal brasileira na hipótese de cometimento de crime contra o patrimônio da União no estrangeiro depende da existência de tratado entre o Brasil e o Estado respectivo, solução reclamada pela soberania dos estados.
- c) no caso de crime cometido contra o patrimônio da União no estrangeiro, a aplicação da lei penal brasileira é uma faculdade posta à disposição do Ministro da Justiça, haja vista a necessidade de se resguardar a boa convivência entre as nações.
- d) aplica-se a lei penal brasileira aos crimes cometidos contra o patrimônio da União no estrangeiro, ainda que o agente tenha sido condenado ou absolvido conforme o ordenamento jurídico do país em que cometido o delito.

**23. Assinale a única alternativa correta:**

- a) incorre em erro de tipo aquele que, ao cometer um fato previsto na norma penal como crime, age sem o conhecimento de circunstância elementar da figura típica; assim, no caso do delito de furto, por exemplo, a circunstância *coisa alheia móvel* constitui elementar do crime, restando configurado o erro de tipo quando o agente, em razão de semelhança, estado de consciência seu ou localização do objeto, o toma para si, pensando lhe pertencer, quando na verdade pertence a terceiros.
- b) o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, desautorizando, por consequência, a punição a título de culpa, ainda que prevista a modalidade culposa para o delito.
- c) o erro de tipo incide sobre o elemento volitivo do agente; assim, restando comprovado ter o agente incorrido em erro desta espécie, fulminada estará sua culpabilidade.

d) o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui necessariamente o dolo e a culpa.

**24. Considerando a previsão do art. 23, do Código Penal, pode-se afirmar que não constitui causa de exclusão da ilicitude:**

- a) o estado de necessidade.
- b) a potencial consciência da ilicitude do fato.
- c) a legítima defesa.
- d) o estrito cumprimento do dever legal.

**25. No que respeita ao peculato, crime contra a Administração Pública previsto no art. 312, do Código Penal, assinale a única opção incorreta:**

- a) o denominado peculato apropriação consiste na conduta do agente que se apodera de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, de que tem a posse em razão do cargo exercido.
- b) o denominado peculato desvio consiste na conduta do agente que confere destinação diversa da prevista no instrumento normativo respectivo ao dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, de que tem a posse em razão do cargo exercido; neste caso, o agente não se encontra imbuído do *animus rem sibi habendi*, ou seja, não atua no sentido de inverter a posse da coisa, agindo como se fosse dono.
- c) o crime de peculato, em qualquer de suas modalidades, é essencialmente doloso, não admitindo hipótese de incidência a título de culpa.
- d) no denominado peculato-furto, o funcionário (agente) não se encontra na posse do dinheiro, valor ou bem, porém o subtrai ou concorre para que seja subtraído, valendo-se da facilidade proporcionada pela sua qualidade de funcionário.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**26. Tendo em vista os princípios relacionados ao processo penal, assinale a alternativa correta:**

- a) Objetivando evitar ofensa aos princípios do contraditório e do devido processo legal, não se admite no processo penal a concessão de medidas sem a oitiva da parte adversa.
- b) A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LVII, veicula o denominado princípio da inocência, segundo o qual todos são considerados inocentes até que se prove o contrário. Entretanto, não constitui ofensa ao referido princípio a prisão do réu após a produção de prova que demonstre sua culpa.
- c) Em razão da aplicação do princípio da inércia ao processo penal, é peremptoriamente vedada ao juiz a determinação, de ofício, de diligências objetivando o esclarecimento de dúvida acerca de ponto relevante da demanda.
- d) decorre da aplicação do princípio do estado de inocência (princípio da inocência) ao processo penal a atribuição do ônus probatório à acusação.

**27. Depois de arquivado o inquérito policial pela autoridade judiciária, em atendimento a requerimento do Ministério Público, a ação penal respectiva:**

- a) só poderá ser instaurada se o pedido de arquivamento tiver se baseado em provas falsas.
- b) não poderá em nenhuma hipótese ser instaurada.
- c) poderá ser instaurada, desde que baseada em novas provas.
- d) não poderá ser instaurada, uma vez que a instauração da persecução penal representaria verdadeira revisão prejudicial ao acusado, circunstância vedada pelo ordenamento jurídico pátrio.

**28. No que pertine à ação penal, observe as assertivas a seguir:**

I – o conceito de legitimidade ativa no processo penal significa que, considerando que determinados crimes são processados através de ação penal pública e outros através de ação penal privada, somente poderá ajuizar a respectiva ação aquele que tiver legitimidade, ou seja, o Ministério Público ou o querelante.

II – a denominada ação penal privada subsidiária da pública constitui prerrogativa do ofendido (ou seu representante legal), sendo permitido a ele oferecer queixa concomitantemente ao oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, no intuito de colaborar no esclarecimento de fatos em tese criminosos, contra si perpetrados.

III – a denúncia ou queixa será rejeitada quando ausente justa causa para o exercício da ação penal respectiva.

Está correto apenas:

- a) o disposto na assertiva I.
- b) o disposto nas assertivas I e II.
- c) o disposto nas assertivas I e III.

d) o disposto na assertiva II.

**29. No que respeita às denominadas prisões processuais, disciplinadas no Código de Processo Penal e em leis extravagantes, assinale a única opção correta:**

- a) constituem motivação idônea para a decretação da prisão preventiva a necessidade da garantia da ordem pública, da ordem econômica, o clamor social, a conveniência da instrução criminal e a necessidade de se assegurar a aplicação da lei penal, quando presentes a prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.
- b) a prisão temporária, em qualquer caso, possui como prazo máximo 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, quando devidamente comprovada situação de extrema necessidade de manutenção da medida.
- c) a prisão temporária será decretada pelo juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público.
- d) a prática de crimes hediondos torna obrigatória a decretação da prisão preventiva do acusado, desde que existam a prova da ocorrência do crime e indícios suficientes de autoria.

**30. A opinião do juiz acerca da gravidade em abstrato do delito:**

- a) não se afigura compatível com o ordenamento jurídico pátrio para o fim de caracterizar o risco à ordem pública, pressuposto para a decretação da prisão preventiva.
- b) autoriza, em qualquer hipótese, a decretação da prisão cautelar.
- c) permite a imposição de regime inicial de cumprimento de pena mais gravoso.
- d) não permite a decretação da prisão preventiva, porém poderá fundamentar a prisão temporária.

## **DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

**31. Os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social classificam-se como segurados e dependentes. Nos termos da legislação previdenciária é correto afirmar que:**

- a) dependentes são pessoas que, por contribuírem para a previdência social, podem ser beneficiários.
- b) os filhos e a esposa, por serem dependentes da classe diferente, não concorrem em igualdade para o benefício.
- c) o segurado facultativo mantém a qualidade de segurado, independente de contribuições, até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições.
- d) A existência de dependentes de uma classe exclui do benefício os das classes seguintes.

**32. Nos termos do Regime Geral da Previdência Social, período de carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício. Neste sentido, dependem de período de carência os benefícios de:**

- a) Auxílio-acidente e aposentadoria por invalidez.
- b) Aposentadoria especial e aposentadoria por idade.
- c) pensão por morte e salário-maternidade para empregada doméstica.
- d) salário-família e auxílio-doença.

**33. Para fins de cálculo do salário de benefício, é correto afirmar que:**

- a) O trabalhador doméstico está dispensado de provar os recolhimentos à Previdência Social.
- b) poderão ser utilizados os salários de contribuição constantes do CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais para os segurados em geral.
- c) o empregado deve apresentar os recibos de pagamento para fins de cálculo do valor do benefício
- d) o contribuinte individual não poderá valer-se das informações constantes do CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais.

**34. O Regime Geral de Previdência Social, Lei no 8.213/91, regulamenta que:**

- a) É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.
- b) é vedado o recebimento conjunto do seguro-desemprego com qualquer benefício de prestação continuada da Previdência Social.
- c) é permitido o recebimento conjunto dos benefícios da Previdência Social de salário-maternidade e auxílio-doença, em qualquer situação.
- d) prescreve em dez anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

**35. No que se refere à concessão de benefícios do regime geral de previdência social, assinale a opção correta**

- a) Nos estados, o pedido de aposentadoria deve ser apresentado ao instituto estadual de previdência social, devendo o valor do benefício, em caso de deferimento do pedido, ser igual ao pago pelo INSS, dado o princípio da equivalência.
- b) Nos estados, o pedido de aposentadoria deve ser apresentado ao instituto estadual de previdência social, que, ao deferir-lo, deverá remeter o processo ao INSS, órgão responsável por executar a concessão do benefício.
- c) O pedido de aposentadoria deve ser apresentado ao INSS, que, deferindo-o, efetuará o pagamento do benefício.
- d) O pedido de aposentadoria deve ser apresentado à empresa em que trabalha o requerente, a qual encaminha os recursos, em caso de deferimento do pedido, ao INSS, órgão incumbido de efetuar o pagamento do benefício.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

### **36. Assinale a opção correta acerca do sistema tributário nacional:**

- a) Compete à União instituir impostos sobre a propriedade territorial rural.
- b) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana.
- c) Compete aos Municípios instituir impostos sobre as operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- d) Compete à União instituir impostos sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

### **37. Segundo o texto constitucional (art. 150, inciso III, alínea b), é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. A aludida disposição refere-se ao princípio:**

- a) Da anterioridade.
- b) Da noventena.
- c) Da isonomia tributária.
- d) Do não-confisco.

### **38. Acerca das limitações constitucionais do poder de tributar, é INCORRETO afirmar:**

- a) É vedado à União estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- b) É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País.
- c) É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.
- d) É vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

### **39. NÃO constitui entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal:**

- a) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- b) É constitucional a adoção no cálculo do valor de taxa de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- c) É inconstitucional a cobrança de taxa exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis.
- d) Viola a garantia constitucional de acesso à jurisdição a taxa judiciária calculada sem limite sobre o valor da causa.

### **40. Sobre imunidade tributária, é INCORRETO afirmar que à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado:**

- a) Instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- b) Instituir impostos e taxas sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- c) Instituir impostos sobre templos de qualquer culto.
- d) Instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.